



CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO N.º 21 /2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS E A EMPRESA ÁPICE GESTÃO E LOCAÇÃO LTDA - ME NA FORMA ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com sede na cidade de Pará de Minas, à Av. Presidente Vargas, nº 1.935, neste ato, representada por seu Presidente, VEREADOR GEOVANE CARDOSO CORREIA, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Pedro Melo Franco, 66 - Bairro Belvedere, CEP: 35.661.303, na cidade de Pará de Minas, portador da carteira de identidade nº M - 6.581.518, inscrito no CPF sob o nº 859.392.266-04, doravante designada **CONTRATANTE**, e a empresa Ápice Gestão e Locação Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.716.915/0001-26 com sede na cidade de Pará de Minas, à Rua Itororó, nº 497, Bairro Vila Ferreira, CEP 35661-147, neste ato, representada por Marcelo Augusto Flores Marinho domiciliado na Rua Manoel Batista, nº 175, Bairro Centro, município de Pará de Minas, CI nº MG-4.933.684, CPF nº 859.386.026-53, doravante designada **CONTRATADA**, têm justo e contratado entre si, em decorrência do Pregão Presencial nº 15 /2016 e observados os preceitos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** de locação de espaço físico, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra o Edital do qual decorre este contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a locação de espaço físico para realização do evento de Posse do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores eleitos para o mandato de 2017-2020 que ocorrerá no dia 01 de janeiro de 2017 às 19 horas conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital do pregão presencial nº 15/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, ao Edital do Pregão nº 15/2016 e seus Anexos, ao Termo de Referência, à Proposta de Preços da **CONTRATADA**, à Ordem de Serviços e Notas de Empenho e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:



CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

- 1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Contratada, em relação aos serviços objeto do Contrato.
- 2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Contratada, em relação aos serviços objeto do Contrato.
- 3 - Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- 4 - Efetuar os pagamentos devidos aos Contratados nas condições estabelecidas.
- 5 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade dos Contratados pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 6 - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.
- 7 - Recusar qualquer serviço que apresente incorreções, ficando as correções à custa dos Contratados, inclusive material e horas gastas no trabalho.
- 8 - Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 9 - Efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto, por meio do gestor/fiscal de contrato da Câmara.
- 10 - Transmitir ao contratado, por meio do gestor/fiscal de contrato da Câmara, as instruções necessárias à realização dos serviços complementares a este Termo de Referência;
- 11 - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços, se não abordadas no Termo de Referência;
- 12 - Emitir a ordem de serviço;
- 13 - Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- 14 - Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.
15. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
16. Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento.
17. Aplicar aos Contratados as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízos das demais obrigações e responsabilidades insertas no Termo de Referência – Anexo I do Edital:

1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato;
2. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
3. Promover a prestação de serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
5. Responder por e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na prestação dos serviços contratados, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**;
6. Comunicar a Diretoria Legislativa e de Comunicação, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar a correta prestação de serviço;
7. Prestar os serviços contratados estritamente dentro dos prazos estabelecidos.
8. OS **CONTRATADOS** não poderão subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do objeto ora licitado.
9. Indicar, logo após a assinatura do contrato, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir e orientar acerca de questões relativas aos serviços, que estará disponível no dia do evento.
10. Fornecer números telefônicos, números de *pager* ou de outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada.
11. Cumprir fielmente as exigências do contrato, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com este Termo de Referência.
12. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como por taxas, impostos, gastos com água, luz e gás, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato.
13. Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto.
14. Os funcionários cedidos pelo contratado deverão trajar-se adequadamente, à suas expensas, visando elegância e discrição.
15. Os equipamentos de som, luz, microfones deverão ser testados juntamente com o Gestor do contrato no dia que antecede o evento.
16. As cadeiras deverão estar limpas, em perfeito estado para o uso.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS



Promover, sem qualquer custo para a Contratante, a limpeza das instalações, prévia e posterior ao evento.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1 – A Câmara Municipal de Pará de Minas, por meio de servidor lotado na Diretoria Legislativa e de Comunicação exercerá a fiscalização e gestão do presente contrato e registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.2 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Câmara Municipal de Pará de Minas em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne à execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

6.1 - Os serviços serão prestados de acordo com o disposto no ANEXO I – Especificações Técnicas, parte integrante do Termo de Referência, e deverão estar em conformidade com a com a normatização brasileira pertinente, compreendendo:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	Locação de espaço físico situado na circunscrição do Município de Pará de Minas/MG, com instalações que permita acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, capacidade mínima para 650 pessoas, climatizado, com cadeiras em número condizente à capacidade mínima exigida, aparelhos de som, luz, e, no mínimo, 2 (dois) microfones sem fio, com a disponibilização de acesso à cozinha, e de dois funcionários para o evento, sendo: um com conhecimento das instalações e do funcionamento técnico dos equipamentos eletrônicos disponibilizados, e um porteiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL, HORÁRIO, PRAZO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestação de serviço será previamente agendada pela Diretoria Legislativa e de Comunicação com o prestador de serviços, ficando todos os encargos referentes sob a responsabilidade da CONTRATADA.

7.2. A empresa contratada deverá montar todo o equipamento no dia 30 de dezembro de 2016 e testá-lo juntamente com o gestor do contrato (Diretor Legislativo e de Comunicação), no qual será lavrado o Termo de Aceite Provisório.

7.3 - Os serviços, bem como os direitos e obrigações deles decorrentes, não poderão ser subcontratados, cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, nem serem executados em associação da Contratada com terceiros, sob pena de aplicação de sanção e rescisão do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO

8.1 O recebimento e a aceitação dos equipamentos especificados na Cláusula Sexta deste Contrato dar-se-á da seguinte forma:

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS



Provisoriamente: após teste dos equipamentos e verificação das instalações bem como as cadeiras, no dia 30 de dezembro de 2016.

Definitivamente, imediatamente depois da prestação de serviço e comprovada a adequação aos termos contratuais e a conformidade com as especificações do produto.

8.2 - Não serão admitidos para efeito de recebimento, itens que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência, que integra o Edital como Anexo I.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1 - A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o preço total estimado de R\$4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), de acordo com os valores abaixo discriminados, sendo o empenho e o pagamento efetuados de acordo com a Ordem de Serviços emitida.

9.2 - Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento dos produtos**, tais como serviços de frete, tributos, transporte, entre outros.

9.3 - O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

01.01.01.031.0001.4018 – COMEMORAÇÕES CÍVICAS, FESTIVIDADES, SOLENIDADES, HOMENAGENS, CERIMONIAL E EVENTOS PÚBLICOS

Ficha:

33.90.36.00-47 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Sub Ficha:

33.90.39.10 - Locação de imóveis

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado aos **CONTRATADOS** até o **5º (quinto) dia útil**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela **CONTRATANTE**.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

10.2 - OS CONTRATADOS deverão encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo pela CONTRATANTE dos serviços a nota fiscal correspondente, que deverá ser entregue pelos CONTRATADOS diretamente ao Setor de Compras e Licitações o encaminhará o documento para a Diretoria Contábil, Financeira e Patrimonial juntamente com o termo de ateste da prestação dos serviços emitido pela Diretoria Legislativa e de Comunicação, órgão gestor deste contrato, que deverá liberar a referida nota fiscal para pagamento quando cumpridas pelos CONTRATADOS todas as condições pactuadas.

10.3 - Para execução do pagamento, os CONTRATADOS deverão fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a Câmara Municipal de Pará de Minas, CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77 com endereço na avenida Presidente Vargas, nº 1935, bairro Senador Valadares cidade de Pará de Minas, CEP: 35661-000.

10.4 - Caso o CONTRATADO seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10.5 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal ao CONTRATADO e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.6- Previamente ao pagamento ao CONTRATADO, a CONTRATANTE realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

10.7 - Constatada a situação de irregularidade do CONTRATADO, o mesmo será notificado, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo exequível fixado pela CONTRATANTE, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

10.8 - O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.

10.9- No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da licitante vencedora, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP$, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

10.10 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos ao CONTRATADO para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS



CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de vigência é de 30 dias a contar de sua assinatura, extinguindo-se com o cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Em caso de não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

1 – Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal de Pará de Minas.

2 – Multa por inadimplemento de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.

3 – Multa por inadimplemento de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

4 – Multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CÂMARA, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

5 - Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Pará de Minas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 2 (dois) anos, na hipótese de cancelamento do contrato, independentemente da aplicação das multas cabíveis;

6 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública,

13.2 - Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelo prejuízos resultantes.

13.4 - Em caso de rescisão unilateral do contrato pela Câmara Municipal de Pará de Minas, será assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

13.5 - As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

13.5.1 - Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

13.6 - As penalidades têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exige a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar à Câmara Municipal de Pará de Minas.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

13.7 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

13.8 - O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

13.9 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

13.10 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

15.1- A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

15.2 - A rescisão deste contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III- judicial, nos termos da legislação.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.4 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

16.1- A associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à **CONTRATANTE** para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

16.1.1 - É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista no item 4 da Cláusula Décima Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Comum, Seção Judiciária da Comarca de Pará de Minas/MG.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Pará de Minas, 23 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE:


Vereador Geovane Cardoso Correia

CONTRATADA:

MARCELO AUGUSTO FLORES MARINHO
ÁPICE GESTÃO E EVENTOS LTDA - ME